

BOLETIM DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA



ISSN 1678-2631

Londrina, Nº. 28/31 ano X, maio/2003 – ago/2004

EDITORIAL

SOBRE CABEÇAS OCAS, AR – CONDICIONADO E CADEIRAS ESTOFADAS

Nós que somos professores e trabalhamos nas escolas públicas e particulares do Estado do Paraná fomos brindados nas últimas semanas com um equívoco digno das piores interpretações sobre educação, qualidade de ensino, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Nas últimas semanas dois fatos deram a dimensão desse equívoco; em uma propaganda do vestibular de uma faculdade particular de Londrina, o marketing ao apresentar a qualidade da faculdade optou por valorizar aquilo que achou mais importante, ou de mais significativo no local, o ar condicionado das salas de aula e as cadeiras estofadas. Itens que com certeza, na opinião da faculdade, seriam essenciais em um estabelecimento de ensino superior para a formação de profissionais competentes e com consciência social. O outro fato o governador do Estado do Paraná ironizou a possibilidade de evasão de professores das universidades públicas do Estado do Paraná, em consequência dos baixos salários, o governador disse que já podia ver " os cérebros indo embora e as cabeças ocas ficando". Enquanto piada, não posso avaliar a qualidade da frase, mas como opinião do governador sobre a importância e a função do professor nas universidades, só posso dizer que é igual a do publicitário que viu nas cadeiras estofadas um item mais valorizado que a qualidade dos professores que trabalham na faculdade. Como professora fiquei indignada com as duas demonstrações de desvalorização do professor na formação profissional de médicos, engenheiros, publicitários, advogados, professores, cientistas entre outras profissões. Ter bons professores é o principal item em qualquer instituição de ensino seja no fundamental, médio ou superior, pública ou particular, para que haja qualidade de ensino, é a qualidade do professor que deve ser valorizada. Uma universidade, ou qualquer instituição de ensino, para ser boa, ótima, tem que ter ótimos professores, qualificados, mestres, doutores, pesquisadores, o resto pode até ser importante, como cadeiras estofadas e ar condicionado. É possível formar ótimos profissionais em cadeiras de madeira com simples ventiladores nas salas, mas é impossível formar ótimos ou mesmo bons profissionais sem bons professores com qualificação. Por isto não adianta desviar a atenção para as cadeiras estofadas, é preciso contratar bons professores, investir nas condições de trabalho, nas possibilidades de ensino, pesquisa e extensão. Como disse o criador de uma das mais importantes universidades do Brasil, a Unicamp, uma universidade se faz com três coisas: cérebros, cérebros e cérebros. Assim, gostaria de ouvir do Governador do Estado que seu objetivo é garantir que bons professores continuem a formar bons profissionais, compromisso social dos mais significativos para um governante, que respeita a dignidade do cargo que ocupa, legitimado que foi por eleições democráticas.

* * *

Neste número do Boletim estão publicados artigos de alunos do 3º ano do curso de História que na disciplina metodologia do ensino de História foram solicitados a escrever um texto didático para o ensino fundamental e médio como forma de avaliação da disciplina. Alguns destes textos foram escolhidos para compor este boletim pela criatividade, por unirem a pesquisa ao ensino e pela escolha dos temas. Espero que os artigos contribuam para o trabalho em sala de aula dos professores de história.

Profª. Drª. Marlene Cainelli –
Coordenadora do Laboratório de Ensino de História

NESTE NÚMERO

- O grilo falante, filosofia e a história**
A revolução industrial inglesa do século xviii: tecnologia desacorrentada
Origem da civilização etrusca e sua contribuição na formação de Roma
A guerra dos farrapos e a atuação da marinha de guerra
A expedição Roncador-Xingu
O etnocentrismo português na relação com o índio no Brasil colonial
A imigração de Judeus Alemães para o norte do Paraná na década de 30
Entre a teoria didática e as fontes: a política da abdicação no Primeiro Reinado
RESENHA -Ensinar História

O Grilo falante, filosofia e a história.

Marcos Ursi Corrêa de Castilho
 Graduando em história/UEL

Toda nossa infância foi povoada de histórias, contos, com suas lições e ensinamentos. Ouvimos falar de fadas, reinos encantados, bruxas, mocinhos e bandidos e a familiaridade, isto é, o quão próximas estas histórias se tornam de nós faz delas um bom instrumento para entendermos princípios e conceitos bem mais distantes de nossas mentes. A filosofia e a história, por exemplo, por vezes trazem idéias muito distantes e difíceis de entender, mas o que pretendo mostrar a vocês é que desde o conto de fadas até o mais complicado dos filósofos podem haver proximidades e coisas em comum.

Todos os contos de fada, em geral, tem uma estrutura parecida, existe uma princesa com problemas, uma bruxa malvada, uma fada madrinha e um príncipe que a salva. Dentro deste mundo de fantasia existe um conto que destoa em seus personagens e configuração, é a história de Pinóquio. O bonequinho de madeira que ganha vida e se torna o filho do

velho carpinteiro, que passara a vida sonhando em ter um filho e vem a concretizar o sonho no boneco. Dentro deste conto um personagem nos chama a atenção; é o grilo Falante

E por falar nele, sua relação com Pinóquio, e o significado que o pequeno inseto tem na fábula é o que nos interessa neste texto. Para quem não lembra, Pinóquio o pequeno boneco de madeira que ganha vida tem um pequeno defeito, é ingênuo demais. Como se resolveria o problema de Pinóquio então? Para respondermos tal pergunta é preciso saber e entender quem é o Grilo Falante. Gepeto quando percebera a ingenuidade de seu "filho" providencia-lhe um conselheiro, mais do que isso, uma *consciência*. O Grilo conselheiro tem a difícil tarefa de alertar Pinóquio sobre as armadilhas em que ele poderia cair, por repetidas vezes o inseto tenta mostrar-lhe a malícia dos aproveitadores, a astúcia de quem tentam explorá-lo, enfim, tenta dar a Pinóquio a capacidade de perceber quais são as intenções dos homens, quais seus interesses.

A história desenvolve-se a partir desse conflito, Pinóquio mete-se em muitos problemas e sempre por não perceber a maldade e a

deslealdade de muitos personagens da fábula. E para que Pinóquio pudesse se tornar verdadeiramente um menino, mais do que deixar de ser de madeira era preciso ser capaz de ter sua própria *consciência*.

O que mais nos interessa nesta conhecidíssima fábula sobre Pinóquio e o Grilo Falante, é pensarmos e refletirmos sobre "essa tal" de consciência. Muitos filósofos falaram sobre a consciência, como por exemplo: Sócrates em seu "conhece-te a ti mesmo", ou Descartes: "Penso logo existo", ou Kant com sua ética de "autonomia e responsabilidade" e em seu conceito de "esclarecimento", mas hoje veremos o pensamento de outros dois filósofos por estarem mais próximos do conto de Pinóquio e por estarem também próximos de um pensamento sobre a história, que nos interessa no momento.

Esses filósofos viveram na época em que o Brasil era chamado de Império, Eles moravam no que hoje chamamos Alemanha¹ e seus nomes eram, Hegel e Marx.

Hegel, o mais velho, escreveu um livro de nome complicado chamado: A fenomenologia do espírito, e se pudermos resumir seu pensamento em poucas linhas diríamos que

nesta obra Hegel escreve sobre a importância da capacidade de ter consciência de si, e de desenvolver a capacidade de pensar por sua própria conta. Para Hegel o ser humano torna-se verdadeiramente humano quando este é capaz de formar suas opiniões não por que alguém te disse ou te explicou, mas porque você foi capaz de refletir, e de tirar conclusões sobre o assunto por si só.

A palavra consciência para Hegel significa um processo sem fim de descoberta de si mesmo e dos outros e desse movimento desenvolve-se um conhecimento próprio. Ou seja, primeiro é preciso conhecer bem o mundo ao nosso redor, depois, em um segundo momento, conhecer bem a nós mesmos e por último e como resultado desse processo passa-se a ter um conhecimento, uma visão sobre as coisas, que foi construída por si mesmo e não está baseada nem só na minha opinião, pois agora eu conheço bem o mundo a meu redor, nem só da opinião dos outros, pois também conheço bem a mim mesmo. E conforme eu vou mudando e o mundo ao meu redor também, minha consciência vai mudando junto.

Para Hegel não só um homem único é assim, mas toda uma sociedade. Como assim? Vamos lá. Uma sociedade, para ele, só é verdadeiramente sociedade, uma civilização, quando também desenvolve uma consciência própria, uma capacidade de se entender. Ou seja, a história dessa sociedade só será verdadeiramente histórica quando essa sociedade perceber que têm história, perceber suas mudanças e continuidades. A pesar de uma sociedade poder ter consciência de sua história, não

significa que todos conseguem chegar a ter consciência. Infelizmente muitos nunca deixam de ser como Pinóquio, pessoas ingênuas demais e que dependem que outros pessoas digam o que elas devem pensar o que elas devem achar que é bom e o que elas devem achar que é ruim.

Que fique bem claro que o pensamento deste filósofo não se resume a isto, mas o que queremos aqui é que você que está lendo tenha um primeiro contato com esse filósofo tão importante e com seu pensamento sobre a história. E a partir disso, se ainda não fez, passe a pensar sobre esses temas.

Passaremos agora a falar do segundo filósofo, Karl Marx. Você se lembra que quando falávamos, no início, sobre o Pinóquio dissemos que sua ingenuidade não permitia que ele soubesse quem eram aqueles que queriam usá-lo, por ser um boneco de madeira que fala, e quem eram aqueles interessados em ajudá-lo. O que Pinóquio não enxergava é que a intenção de muitas pessoas que o cercavam só estavam interessados em usa-lo como um meio de ficarem ricos, e ao mesmo tempo piorando cada vez mas a vida do boneco.

Marx nunca falou sobre Pinóquio, mas falou sobre o mesmo problemas. Para ele o que acontece em nossa sociedade é que alguns grupos de pessoas se aproveitam das outras e as usam, as exploram. E por justamente essas pessoas exploradas não terem a consciência de que estão sendo exploradas é que as outras podem continuar as explorando. Para esse filósofo a história da humanidade é infelizmente marcada por esse problema: pessoas exploram e

pessoas se deixam explorar, e o que fazer então? É preciso não depender de "grilos falantes", pois eles as vezes podem querer nos explorar ou podem estar a serviço dos exploradores, e não aceitar a exploração a que muitas vezes querem nos submeter. Para Marx só vamos atingir uma sociedade em que pessoas não se deixam explorar quando os explorados tomarem consciência de que estão sendo prejudicados e se unirem contra essa exploração.

O que podemos ver em comum nessas idéias é que o mundo não é como um livro de receitas, cheio de fórmulas e respostas prontas. Mas é algo a ser experimentado, vivido, e a partir dessas experiências, que são só nossas, criar o pensamento que é meu, que nunca ninguém pensou e para que assim então, a minha *consciência* seja capaz de responder aos problemas que só eu passarei e pelas dores que só eu sentirei.

Para isso é preciso fazer o que há de mais diferente nos seres humanos, pensar. E não só pensar sobre as coisas, mas pensar sobre o que pensamos, sobre o que dizemos, sobre nossos governantes, seus erros e acertos. Pensar sobre a vida sobre nossos "porquês" mais íntimos, pensar sobre nossas escolhas, pensar sobre o que gostamos e sobre o que não gostamos, e se gostamos ou não, por que?

Muitas coisas existem para serem pensadas, a pobreza no mundo, o sentido da vida, a morte, o nascimento, mas na verdade poderíamos dizer que todas as coisas existem para serem pensadas, inclusive você que lê essas poucas linhas. Use toda a potência de sua cabeça! Vá além!

Diga o que ninguém disse! Seja o que ninguém foi!

NOTAS

1 - A Alemanha veio a se chamar assim só em 1871, antes disso este território que chamamos Alemanha era um conjunto de 39 estados Independentes

* * *

A revolução industrial inglesa do século XVIII: tecnologia desacorrentada

Caroline Torres Minorelli
Graduanda em história/UEL

INTRODUÇÃO

Segundo a mitologia grega, Zeus, que era o deus máximo, ao assumir o governo do universo, pretende manter a humanidade numa situação semelhante a dos animais. Porém, Prometeu rouba uma parte do fogo divino, trazendo-o aos homens, que com isso passam a ser capazes de pensar. Como castigo, Prometeu é acorrentado a uma montanha (monte Cáucaso), onde uma águia diariamente irá devorar seu fígado, que sempre se regenera. Assim, Prometeu jamais morrerá, vivendo o seu suplício eternamente.

Nessa passagem da mitologia, o fogo roubado por Prometeu simboliza a inteligência e a sabedoria, fazendo com que os homens se diferenciassem dos animais. Dentre as várias analogias que pode-se fazer com o mito de Prometeu, a mais comum é a que ilustra a vontade humana de saber. Jean Chevalier e Alan Gheerbrant citam no livro *Dicionário dos Símbolos* um certo "complexo de Prometeu", que seria todas as tendências que nos levam a saber

tanto quanto nossos pais, mais que nossos pais, tanto quanto nossos mestres, mais que nossos mestres.

Mas quais seriam as semelhanças entre o processo e propagação da Revolução Industrial Inglesa do século XVIII e o Mito grego de Prometeu? Assim como o domínio do fogo simbolizou o desenvolvimento e a sabedoria de uma civilização na mitologia, a Revolução Industrial Inglesa marcou profundamente a História do homem.

Antes de analisarmos mais atentamente a Revolução Industrial Inglesa e suas consequências que podem ser observadas até os dias de hoje, faz-se necessário esclarecer alguns pontos. Como explicar esta revolução? Por que ela surgiu na Inglaterra? Por que durante o século XVIII? Como se deu o desenvolvimento das novas tecnologias?

David S. Landes¹, em seu livro *Prometeu Desacorrentado* busca algumas dessas respostas no mito de Prometeu, antes acorrentado pelos deuses por ensinar aos homens o uso do fogo, mas agora livre para propagar cada vez mais os segredos da natureza. Mas o que está por trás desse importante e complexo acontecimento que foi a Revolução Industrial Inglesa do século XVIII e sua disseminação por todo o mundo?

A Inglaterra na década de 1780

É bastante comum encontrar nos livros didáticos de História um fato histórico como a Revolução Industrial precisamente datado e conceituado, mas muitos desses estudos abordam os fatos apenas na sua superficialidade. Afinal, o que são as datas? Segundo Alfredo Bosi, "datas são pontas de iceberg".

E sob a ponta do iceberg (data) há significados e valores das culturas que construíram o fato.

Devemos pensar a Revolução Industrial não como um acontecimento repentino, mas sim como um processo lento e gradual, decorrente de influências de pensamentos e técnicas da época, não esquecendo, é claro, das estruturas econômicas e sociais que desenvolveram um terreno propício para que a revolução alcançasse seu êxito.

A revolução científica do século XVII trouxe em seu bojo a supremacia de uma concepção utilitarista da natureza. As idéias iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade lançaram sua sombra pelo mundo, e a crença no progresso refletiu os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem estar e na civilização.

Quanto à Inglaterra, segundo Hobsbaw:

O estado mais bem sucedido da Europa, devia plenamente o seu poderio ao progresso econômico, e por volta da década de 1780, todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional estavam consequentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso variável.²

Comparando novamente a Revolução Industrial ao mito de Prometeu, o que explica a industrialização e a modernização é a capacidade de criação das pessoas, e as condições sociais, culturais e institucionais que permitem cortar as amarras de Prometeu, além de outras explicações complementares para o sucesso do capitalismo (termo ainda não inventado na época) inglês, como: a exploração colonial, a acumulação primitiva, a capitalização proporcionada pelo

ouro trazido pelos espanhóis e portugueses das Américas.

O universo mecanicista e a velocidade da produção na indústria

A partir da concepção utilitarista da natureza e a crença no progresso, o universo e os seres que o compõem assumem um caráter mecanicista. Rompem-se os laimes entre ser humano e natureza, corpo, mente e alma, razão e emoção. O homem passa a assumir o papel de dominador da natureza, o que combinou perfeitamente com o pensamento regia a Revolução Industrial e com os interesses da burguesia da época.

Era necessário, então, aumentar a velocidade e a quantidade da produção nas fábricas, o que foi facilitado com o aperfeiçoamento da máquina a vapor por James Watt em 1769. Temos, assim, um impulso na atividade da indústria, já que o esforço que antes era do homem transfere-se para a máquina.

Com o uso da máquina a vapor, o capital conseguiu um controle sobre a energia e assim se "libertou" das imposições da natureza. Carlos Walter Porto Gonçalves denomina esse processo como passagem da manufatura para a maquinofatura (maquina+fatura) dando ênfase nas alterações sofridas pela economia, pois:

[...] na manufatura a energia é fundamentalmente dos próprios homens, dependendo dos seus corpos o ritmo de trabalho [...], e por mais que se queira exigir de um trabalhado, o seu corpo tem um limite psíquico e biológico que constitui um obstáculo efetivo à demanda de capital por ampliar permanentemente a sua produção. [...] Com a maquinofatura o capital se liberta desses limites. Agora é a máquina que faz,

ficando o trabalhador subordinado ao ritmo que o capital impõe.³

Durante esse processo de industrialização pode-se observar também a maior utilização de recursos naturais como matéria-prima para os produtos, em resposta às necessidades crescentes. Assim, acompanhando o rápido desenvolvimento da indústria, a utilização dos recursos naturais não renováveis atingiu proporções exorbitantes. As mudanças ecológicas que levaram milhares de anos para ocorrer sofreram fortes alterações induzidas pela tecnologia em períodos históricos muito breves.⁴

CONCLUSÃO

O avanço da tecnologia e a disseminação do pensamento racional e tecnicista surgidos no século XVIII atingiram primeiramente a Europa e estenderam-se também às regiões do além mar. De acordo com Hobsbawm, a Revolução Industrial do século XVIII [...] foi provavelmente o mais importante acontecimento da História do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades".⁵

Suas consequências podem ser observadas até os dias atuais. Os problemas trazidos pela modernização, e a seriedade dos problemas atuais de uso desenfreado dos recursos naturais, destruição do meio ambiente e profundas desigualdades entre países e grupos sociais não podem ser ignoradas, e exigem atenção e tratamento urgentes. Resta-nos, aqui, refletir sobre a liberação da inteligência humana e sobre o uso que se tem feito dela,

devido à grande sedução que o irracionalismo e o autoritarismo exercem sobre tantos seres humanos.

NOTAS

- 1 - LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994
- 2 - HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp 36.
- 3- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) Caminhos do meio ambiente*, São Paulo: Contexto, 1989, pp119.
- 4 - TIEZZI, Enzo. *Tempos históricos, Tempos biológicos*, São Paulo: Nobel, 1983.
- 5 - HOBSBAWN, Op. cit, pp 45.

* * * *

Origem da civilização etrusca e sua contribuição na formação de Roma

Milton Nogueira Pastre
Graduando em história/UEL

O texto a seguir tem a intenção de tentar promover a leitura por parte dos alunos, despertando o interesse por uma civilização que comumente não aparece nos livros didáticos, ou seja, a Civilização Etrusca, também importante para o Mundo Ocidental

Os detalhes sobre a penetração do povo etrusco ou etrúrio no interior do território italiano, na Antigüidade, são quase desconhecidos, sempre promovendo algumas controvérsias no campo da História, da Arqueologia e até mesmo da Arte. Assim, surgiram algumas teses a respeito do possível local de origem dessa civilização. Qual seria, na verdade, a origem da civilização precedente à romana?

Outra questão a ser discutida é se a civilização etrusca teve grande influência nas formas de organização do Estado Romano, principalmente sobre a cidade de

Roma. Os etruscos precederam os romanos e os influenciaram profundamente, não deixando de ter grande importância, assim como o Império Romano.

As teses sobre a origem etrusca

Rostovtzeff (1961) afirma que os etruscos teriam se estabelecido na costa ocidental da Itália e, em se tratando de sua origem, confia seguramente que seriam orientais, ou seja, a tese baseada em achados arqueológicos. Teriam um caráter misto e uma íntima ligação com os gregos e os fenícios e, provavelmente incorporavam a aristocracia nativa dos lugares onde passavam.

O problema relatado por Giordani (1983) em sua obra História de Roma – em relação ao estudo da Etrúria – seria exatamente a origem dessa civilização. No entanto, contrário ao autor acima citado, ele enfoca que, procurando apresentar uma solução a este problema, surgiram três teses universais: a baseada em dados da tradição literária (tese setentrional); a fundamentada na tradição lingüística (tese da autoctonia); e a baseada na Arqueologia (tese oriental), esta que seria a mais aceita pelos estudiosos no assunto.

A tese setentrional diz que os etruscos teriam vindo do Norte. A da autoctonia, prega que o povo etrusco seria remanescente de povos mediterrâneos fixados na península itálica antes mesmo das invasões indo-européias. Na tese mais difundida e chamada oriental, os etruscos seriam originários, portanto, do Oriente, mais precisamente da Lídia, na Ásia Menor. Esta tese já era proposta por Heródoto e possui vários fatores a seu favor, tanto de ordem

lingüística e artística quanto religiosa: técnicas artísticas e práticas religiosas desenvolvidas na Etrúria muito semelhantes às cultuadas por povos orientais.

De acordo com Zschietzchmann (1970), a caracterização dessa origem da civilização etrusca e também de grande parte de sua herança seria obscura. Contudo, em sua obra destinada a apresentação da arte etrusca e romana, demonstra que, mesmo com todas as pesquisas e escavações e um trabalho minucioso dos estudiosos e arqueólogos, os conhecimentos adquiridos ainda assim seriam impotentes na explicação precisa sobre a possível origem.

Então, teriam sido desenvolvidas hipóteses que consistiriam na tese da imigração, na qual a fome teria迫使ido parte dos lídios a emigrar para a região da Etrúria (justamente a tese defendida por Heródoto e, como já foi dito, a mais aceita) e na teoria da autoctonia, em que os etruscos teriam se estabelecido na antiga Itália há muitos e muitos anos, desenvolvendo-se ali mesmo. Portanto, podemos perceber que o autor enfoca apenas duas hipóteses, mas acaba destacando a segunda: "Os etruscos, por conseguinte, parecem ter pertencido às raças pré-indo-européias da bacia do Mediterrâneo" (ZSCHIETZCHMANN, 1970, p.10).

As características da civilização e os túmulos etruscos

"Nosso conhecimento da História de Roma nos séculos VIII e VII a.C., e mesmo na primeira metade do século VI a.C., é muito imperfeito. Todo o período constitui uma área de suposições e é

apresentado de modo diferente por diferentes historiadores" (ROSTOVTEFF, 1961, p.28). Seria principalmente por meio dos achados nos túmulos etruscos que podemos tentar perceber sua chegada à região da atual Toscana no fim do século VIII a.C.

Por meio das escavações realizadas por arqueólogos italianos, a arte etrusca do século VIII a.C. em diante pôde ser divulgada e estudada. Da junção entre a influência oriental e de um estilo característico da própria Itália surgiu uma arte original e que foi manifestada em todas as áreas artísticas, principalmente na pintura: suas figuras de demônios e deuses do inferno influenciaram, mais adiante, a arte romana e até mesmo a medieval. Entretanto, esta mesma arte parece nunca ter atingido tamanho esplendor como a desenvolvida pela Grécia.

Através de achados arqueológicos importantes, puderam ser observados textos etruscos – que se utilizavam do alfabeto grego – gravados em pedra. Porém, a dificuldade em se efetuar uma tradução totalmente clara e precisa ainda permanece. Mesmo com toda essa dificuldade, há um grande conhecimento das condições sociais e políticas, da religião, dos costumes e da arte dessa grande civilização.

Economicamente, os etruscos, compostos principalmente pela aristocracia militar, logo iniciam uma inovação "civilizadora", através de construções, drenagens de pântanos, comércio e um grande desenvolvimento da agricultura. O trabalho era realizado pelos italianos e ligúrios conquistados (presos ao solo) e também por escravos capturados em guerra. A força combativa etrusca era

composta pela aristocracia e pelos comerciantes e fabricantes.

Provavelmente, por volta dos séculos V e IV a.C. o Império Etrúrio era, na verdade, constituído por uma liga de cidades bem planejadas e fortificadas (apesar de não se ter um amplo conhecimento sobre essas ligas, supõe-se que em épocas mais remotas cada cidade seria governada por um rei), sendo que os etrúrios pertenciam à classe mais elevada da população (constituída pela aristocracia e pelos comerciantes e fabricantes).

Diferentemente dos outros autores pesquisados, Montanelli (1961) proporciona um maior destaque aos costumes, vestimentas e comportamentos dos etruscos, assim como às características físicas dos mesmos. Também faz referências às mulheres e sua relativa e suposta maior liberdade: "O que representa grande progresso em relação aos costumes romanos, arcaicos e patriarcais, era a condição da mulher [...]. Parece que as mulheres eram muito belas e de costumes muito livres" (MONTANELLI, 1961, p.12).

Considerados muito mais como piratas do que comerciantes no Mundo Antigo, os etruscos efetuavam uma política de boas relações com os fenícios e cartagineses, sendo que a Etrúria logo se tornaria um mercado em potencial interessante. Suas relações com a Grécia, no entanto, era caracterizada por uma forte hostilidade. Etruscos e cartagineses possuíam um inimigo comum: os gregos (Aristóteles afirma em Política III que cartagineses e etruscos pareciam formar um único estado).

No século VIII a.C. o desenvolvimento da sociedade de classes na Etrúria foi acompanhado por um processo de diferenciação cultural entre a camada dominante e a dominada. Portanto: "Na verdade, o que se convencionou denominar de 'cultura etrusca' não é senão a expressão cultural dessa camada dominante, materializada e cristalizada nos objetos depositados nas tumbas" (GUARINELLO, 1986/87, p.49).

Dessa maneira, podemos perceber que nas tumbas etruscas eram depositados pertences do morto, pois a sepultura era considerada a sua residência, reproduzindo o ambiente em que vivia quando ainda em vida. Assim como presentes ofertados por parentes e amigos, mostrando a importância que o defunto possuía antes de morrer. "O mecanismo essencial pelo qual a aristocracia etrusca funda e estabelece sua distinção/superioridade cultural dá-se pela adoção de práticas e objetos estrangeiros, provenientes de centros culturais do Mediterrâneo Oriental" (GUARINELLO, 1986/87, p.53).

O declínio dos etruscos e sua contribuição para a formação de Roma

A destruição dos etruscos seria decorrente de uma vingança dos latinos e sabinos (romanos), e teria origem nas humilhações efetuadas pelos etruscos a estes povos. Desse modo: "É raro ver-se na história, um povo desaparecer da face do mundo e outro apagar-lhe os traços com tal ferocidade e tanta obstinação" (MONTANELLI, 1961, p.10).

Quanto à expulsão dos etruscos da região do Lácio, embora não tenha tido total apoio da população romana (sobretudo comerciantes e artesãos), com a aliança entre latinos e gregos, os etruscos foram derrotados em Aricia. Fato que teria sido explorado pela aristocracia romana alegando que seriam líderes de uma libertação. A Etrúria teria ficado, então, reduzida e isolada ao sul pelos latinos e ao norte pelos gálicos. "A Etrúria propriamente dita entra em agonia diante do crescente imperialismo romano" (GIORDANI, 1983, p.20).

Roma, então, tornou-se um dos principais domínios etruscos dessa região, no qual formaram uma classe dominante, excluindo-se a população nativa (exceto a aristocracia). Porém, não conseguiram impor integralmente sua cultura sobre a dos latinos, pois estes já possuíam uma cultura própria e até mesmo uma escrita (embora fosse copiada dos gregos).

É importante destacar que, mesmo tendo imprimido uma conquista militar e territorial sobre a Itália primitiva, os etruscos também proporcionaram uma admirável assimilação e difusão de seus valores culturais. Dessa maneira: "A grande herdeira da civilização etrusca foi a própria Roma" (GIORDANI, 1983, p.25).

Politicamente falando, Roma teria herdado da Etrúria as instituições monárquicas e até mesmo as vestimentas e objetos de uso real. No âmbito econômico, a influência etrusca poderia ser observada através das técnicas agrícolas. Foi forte a herança etrusca também no campo artístico: formatos das cidades, tipos de templos e o uso de abóbadas, pois foi exatamente em Roma que os reis etruscos

teriam exigido de seus escultores e arquitetos suas maiores obras.

Para a vida religiosa romana, teriam deixado a arte de interpretação de sinais celestes, além da difusão de mistérios dionisíacos. No plano lingüístico, grande número de nomes próprios romanos tem origem etrusca: "Os etruscos ensinaram os romanos a ler e escrever" (GIORDANI, 1983, p.27).

O benefício trazido pelos etruscos à Roma teria sido a mudança do caráter de sua população. Esta teria passado de uma sociedade de agricultores, comerciantes armados e pastores para uma cidade aspirante a potência controladora. Além disso, o poder real teria se definido mais precisamente sob influência etrusca. Tanto a Constituição quanto as relações comerciais romanas não sofreram qualquer modificação radical após a derrubada da última dinastia etrusca.

Para demonstrar que Roma teria origem etrusca, Giordani (1983) afirma em sua obra que, segundo a tradição literária, o ceremonial de fundação das cidades efetuado pelos etruscos coincidiria exatamente com o ritual de fundação de Roma.

Dessa maneira, podemos concluir que Roma só teria conseguido a unidade política necessária para se transformar na grande e gloriosa potência, sobretudo, pelo fato do Estado Romano ter nascido com o domínio etrusco. Portanto, sob domínio etrusco, a cidade teria recebido o nome de Roma (originário da palavra etrusca "Rumon"), tornou-se unificada politicamente, foi fortificada e desenvolvida e adquiriu forte superioridade militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIORDANI, M. Curtis. *História de Roma*, 7 ed., Petrópolis: Vozes, 1983.
 GUARINELLO, N. Luiz. Classe e Cultura na Etrúria Arcaica, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 13, pp. 49-62, set. 86/fev. 87.
 MONTANELLI, Indro. *História de Roma*, Tradução de Luiz de Moura Barbosa, São Paulo: IBRASA, 1961.
 ROSTOVTEFF, M. *História de Roma*, 3 ed., Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
 ZSCHIETZSCHMANN, W. *Etruscos e Roma*, Lisboa: Verbo, 1970.



A guerra dos farrapos e a atuação da marinha de guerra

Mayra Cristina Laurenzano
Graduanda em história/UEL

Introdução

Durante o Período Regencial (1831-1840), temos o fenômeno das revoltas regenciais, que podemos caracterizar como luta dos interesses províncias frente ao governo central, brigando por estes interesses as respectivas elites locais, estimulando as populações e comandando as lutas, na reivindicação medidas que pudessem favorecer suas produções como taxas e impostos mais baixos, seu produto barateando, ficando mais competitivo no mercado interno e externo; e aumentar seu poder local, através de maior autonomia provincial.

Dentre essas revoltas temos a Cabanagem (Grão-Pará 1835-1840), Sabinada (Bahia 1837-1838), Balaiada (Maranhão e Piauí 1838-1841), Revolta dos Malês (Salvador, Bahia 1835), e a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina 1835-1845), que se trabalhará mais detalhadamente, e

em seu contexto pensar a atuação da Marinha de Guerra Imperial, dentro se seu esforço de manutenção da unidade política e territorial do Império Brasileiro, tendo atuação em todas as revoltas e guerras ocorridas após a Independência em 1822, se consolidando e fortalecendo a partir da necessidade de utilização destas nos conflitos que de alguma maneira ameaçavam a unidade do Poderoso Império Brasileiro.

Refletir acerca do período que vai de 1822, ano da independência política brasileira, até o início do segundo reinado, em 1845, ano de término da Guerra dos Farrapos, é pensar como que historicamente deu-se à formação do Estado brasileiro e de sua nação, a atuação dos grupos políticos da época – restauradores, moderados e liberais até 1834, ano da morte de D. Pedro I em Portugal, se extinguindo qualquer possibilidade de recolonização do Brasil, e a partir daí as disputas entre os grupos dos conservadores e liberais – influindo e muito na direção da política imperial.

Farrapos e suas lutas

Temos no século XVIII a integração do território riograndense ao território colonial brasileiro através do fornecimento de gado de corte e de tração a zona mineradora, inserindo-se no contexto colonial como uma economia subsidiária de fornecimento interno, mas de primeira ordem ao que se tratava de sua posição estratégica frente ao Rio da Prata, local de escoamento de metais preciosos, sendo de extrema importância à manutenção da área, através da colonização e fortificação do

território, como coloca a historiadora Sandra Jatahy Pesavento em seu livro *A Revolução Farroupilha*¹.

Na terceira década do século XVIII, ocorre a legalização da utilização da terra pela concessão de sesmarias para criação de gado, estas sendo concedidas a tropeiros ou militares que servem na defesa e campanhas sulinas e na Colônia do Sacramento. Devido às diversas lutas por territórios no sul ao longo do séc XVIII e o comércio de gado e charque, a sociedade que está em formação, transforma-se em uma sociedade agropecuária, com uma elite enriquecida por este comércio de gado e de charque, esta elite consciente de sua importância em relação aos conflitos de fronteira com os castelhanos, tendo poder de arregimentação de homens para lutar ao lado do exército português, funcionando como guardas de fronteira, por isto exercendo grande poder local.

Com a vinda da Família real em 1808, início do séc. XIX, há a centralização do poder no Rio de Janeiro, sede escolhida para implantação do governo português, acirrando os atritos existentes entre o poder central e a elite gaúcha. Com a independência em 1822, temos a atuação da nascente Marinha de Guerra nas lutas de independências, garantindo a integridade territorial e pacificando as províncias revoltosas na concretizando do Estado em formação, que se consolidou como uma Monarquia Constitucional, centralizada nas mãos do imperador pela instituição do Poder Moderador (Constituição de 1824), com a atuação presente dos grupos políticos Conservador ou

Restaurador e Liberais, do qual participavam grande parte da elite gaúcha – sendo conhecidos por isso como farroupilhas – reivindicando medidas de proteção a seus produtos, como a diminuição e isenção de taxas, para melhor concorrer com o produto cisplatino. Outro ponto que deve ser considerado para a compreensão do acirramento dos atritos entre o centro e os gaúchos é a guerra de independência da Cisplatina, onde ocorrem sérios desentendimentos entre as estratégias utilizadas pelos comandantes enviados pelo Império para liderar as tropas de fronteira e os comandantes locais, dentre eles encontramos a figura de Bento Gonçalves, considerado pela historiografia relacionada ao tema, como principal líder da Guerra dos Farrapos.

Em 1831, D. Pedro, herdeiro do trono português, abdica ao trono brasileiro devido aos rumores de recolonização, iniciando-se assim o período Regencial, devido à menoridade do sucessor ao trono D. Pedro II. Este período é marcado por insurreições, rebeliões, motins – as forças armadas sendo utilizadas no abafamento destes, preservando a Soberania Nacional – e grandes debates políticos, atuando no cenário da época Liberais e Exaltados a esquerda, Restauradores a direita e Moderados ao centro, este quadro se verifica até 1834 quando da morte de D. Pedro I e a extinção das possibilidades de recolonização, daí em diante verificamos a atuação de dois grupos os Conservadores e os Liberais (farroupilhas).

Outra característica da regência é o predomínio de membros oriundos da elite cafeeira do Vale

do Paraíba no comando político do império, seu produto – o café – a base das exportações brasileiras, onde se encontra a principal arrecadação de fundos para manutenção do império, isto pelo caráter de agroexportador da economia, portanto, sua predominância se dando por seu maior peso político no cenário nacional. Estes cafeicultores põem em prática uma política que atenda aos seus interesses particulares, como explica Hamilton Monteiro², sobrepondo os interesses da oligarquia gaúcha, limitando sua participação na esfera política e administrativa.

A reação a esta limitação é a proclamação da República Rio-Grandense, em 1836, por não verem atendidas suas reivindicações, como autonomia para escolha do presidente de províncias e taxas de importação de produtos básicos para a indústria do charque, fracassando as negociações iniciadas em 1835, ano em que se iniciam também as hostilidades.

Os "rebeldes" armam navios em guerra, e para fazer frente a esses é necessário o envio de uma esquadra pelo império ao Rio Grande, operando conjuntamente com as tropas terrestres através de operações combinadas, controlando via navegáveis através de operações navais, bloqueando assim qualquer ajuda por mar ou pelos rios que pudessem receber os farrapos, e fazendo o transporte das tropas imperiais, de seu armamento, equipamentos e suprimentos. Vê-se na guerra mudanças na Marinha de Guerra Imperial com a modernização de suas condições materiais, no quadro de pessoal e na estrutura do

Ministério da Marinha, por Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí Ministro da Marinha durante 1831-1844.³

No período de 1835 a 1839, num quadro geral, há um desempenho melhor das tropas farrapas, mesmo com a prisão do principal líder Bento Gonçalves em 1836 – encerrado na batalha da Ilha de Fanfa, por terra pelo exército imperial e por mar pela esquadra imperial, comandada por Grenfell –, fugindo de volta para o Rio Grande em 1837, sendo eleito durante o tempo em que estava preso como Presidente da República Rio-Grandense, abdicando do cargo em 1842.

Já no Período de 1840 a 1845 temos uma progressiva queda das vitórias farrapas e consequente aumento das vitórias imperiais, principalmente após 1842 com a nomeação do Barão de Caxias (futuro Duque de Caxias) para a pacificação do território. A guerra termina em 1845 com a assinatura da "paz honrosa" de Poncho Verde, com algumas das reivindicações dos rio-grandenses sendo atendidas como o direito a escolherem seu presidente de província, o pagamento das dívidas públicas do Rio Grande pelo governo central, a elevação de 25% da taxa alfandegária sobre a entrada do charque platino no mercado brasileiro, a liberdade a todos os escravos que lutaram na guerra, e a manutenção dos postos obtidos pelos comandantes da guerra durante a mesma. O império atendeu a essas reivindicações devido ao conflito que se delineava no Rio da Prata, necessitando do apoio militar e econômico do Rio Grande, utilizando o território como base de operações.

Considerações finais

O contexto em que se insere a Guerra dos Farrapos, a formação do Estado nacional, a constituição das Forças Armadas e dentro dele a Marinha de Guerra, como instrumento de poder, servindo aos interesses que supostamente seriam nacionais, mantendo a unidade territorial e política de um Império de grandes proporções. Este Império distinto na forma de realização de sua independência frente às nações da América Ibérica, também distinto quanto à forma de governo – Monárquico e absoluto, centrado na dinastia de Bragança – deve ser analisado atentamente, para a construção do conhecimento acerca do processo histórico de formação de nossa sociedade.

Quais as heranças culturais deixadas por este processo, a partir das versões apresentadas do mesmo? Sobre esta questão devemos refletir e questionar como nos é apresentada a nacionalidade brasileira, buscando compreender sua construção, e a quais interesses atende.

NOTAS

1 - PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

2 - MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. 3ed. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1994.

3 - WAREN, Michael A. *O Visconde de Itaboraí, Ministro da Marinha Imperial*. In: Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, V.119, N. 7/9, JUL/SET 1999.

A expedição roncador-xingu

Thiago da Rocha S. Pires
Graduando em história/UEL

Há sessenta anos atrás, três irmãos do interior de São Paulo, chamados Cláudio, Orlando e Leonardo saíram em uma missão de desbravamento pelas matas semi-amazônicas na região norte do estado de Mato Grosso do Norte, centro-oeste do Brasil, a chamada "Marcha para o Oeste". Uma missão arriscada e cheia de aventuras: a "Expedição Roncador-Xingu". Estes três irmãos eram os **Irmãos Villas-Bôas**. Eles viram na expedição que desbravaria a região do alto-xingu (próximo à selva amazônica) a oportunidade certa de encontrarem aventuras e até chegarem bem perto das tribos indígenas da região. Nos anos 40, quem estava à frente no comando do governo era Getúlio, e foi anunciada a criação da FBC – Fundação Brasil Central – e pouco tempo depois a Expedição, com finalidade de abrir caminhos pelo "branco do Brasil central", nos dizeres do próprio Vargas. Foi anunciada dentro de um contexto sócio-político de emergência e partindo de Barra do Garças (MT) e chegou ao coração do que é hoje o Parque Nacional do Xingu. Foram abertos mais de 2.500 quilômetros em trilhas pelo meio da mata e rios. Mais de quarenta vilas e cidades surgiram às margens das trilhas da expedição. E o desejo dos irmãos Villas-Bôas rendeu alguns frutos: deixaram documentada sua experiência vivida ao lado dos índios, para ajudar, no presente e no futuro, a preservação dos

valores da nossa cultura e a valorização da nossa memória cultural. Para isso, eles se alistaram como **sertanistas**, e na expedição só eram admitidos analfabetos, que não sabiam nem ler nem escrever. Por que será? Mas ninguém sabia que os irmãos Villas-Bôas não só sabiam ler e escrever, como também traziam suas cadernetas para fazerem as preciosas anotações. E tem mais: com isso eles aprenderam a falar sete línguas matrizes indígenas e 4 dialetos. Com isso da para ver o tanto de tempo que os irmãos Villas-Bôas ficaram morando e vivendo com os índios: foram anos e anos dedicados à causa indígena... e centenas de malárias que cada um registra em suas memórias. Mas em seus caderninhos de anotações os irmãos Villas-Bôas tracejaram mapas, fizeram desenhos e anotações sobre a vida do índio, como ele dormia, como ele fazia sua oca (casa), o que ele comia e como preparava sua comida.

Uma dessas histórias de comida curiosa e interessante é a da **“mandioca-braba”**, uma espécie de mandioca venenosa dos índios. A maioria das **tribos xinguanas** (da região do **Rio Xingu**) tem a mandioca como base da alimentação. **Mandioca** que é uma palavra indígena que significa “comida de casa” – *mandi* - *oca*. Mas existem dois tipos de mandioca bem diferentes: uma é a macaxeira, ou aipim, ou “mandioca-mansa” que é essa que nós conhecemos no dia-a-dia... é a mandioca dos *caraíbas* (homem branco), que é só arrancar da terra, tirar a casca e cozinhar, ou fritar. A outra é a “mandioca-braba” que os índios tem que preparar antes... se

você só arrancar e cozinhar direto, logo em breve você morre, porque nela contém um veneno muito forte. Por isso depois de colhida a “mandioca-braba” as mulheres raspam e ralam-na para poder lavar. Em uma cuia bem grande e cheia de água, a índia coloca quatro varetas de atravessado que apóiam uma esteira de palha. Assim a mandioca raspada e ralada é colocada dentro da esteira e a índia vai lavando e esfregando até a água da cuia ficar toda branca. Depois ela faz uma massa com a mandioca lavada e coloca para secar ao sol, ou na brasa se for comer na hora. Como é muito trabalhoso, as índias fazem um monte dessas massas que vão ser usadas para fazer o **tepeac** e o **tiparatê**, e também o **cauim**. **Tepeac** e **cauim** são parecidos com o nosso **biju**, feito de polvilho... o **tiparatê** é uma raspa mais grosseira e menos saborosa e só entra pro cardápio depois que acaba o **tepeac**. Outra história bem legal dos irmãos Villas-Bôas é a de como os índios fazem pra conseguir o **sal**. Eles contam que em algumas tribos os índios tiram o sal da casca de uma árvore... a **palmeira inajá**. Mas uma tribo faz a apuração do sal de **folhas do aguapé**, que são aquelas folhas grossas que dão na flor d’água... aquelas folhas que ficam como tapetes na superfície dos rios. Eis um trecho que eles relatam:

“(...) no início os homens dão uma ajuda. São eles, juntamente com as mulheres, que arrancam uma canoa cheia dessas folhas e colocam num jirau feito dentro da água mesmo. Isto vai escorrer bem a água das folhas. Quando estas folhas expostas ao sol estão bem secas, as mulheres fazem uma limpeza geral, tirando as estragadas e as muito amarelas. Feito isso elas são levadas pra fora do rio os

da lagoa, e lá, depois de fazer um monte bem grande, tocam fogo. As mulheres lavam a cinza apurada, com o máximo de cuidado(....)”

Muito trabalho e cuidado têm esses índios com seus afazeres... mas ainda não acabou !! Dentro de um funil que o índio faz com varetas bem finas, trançadas e bem forradas com folhas, a mulher vai depositando a cinza apurada e em seguida despejando cuidadosamente cuias de água, que lavam a cinza e a fazem escorrer para a panela que o funil foi colocado. Depois disso o fogo faz o resto (ufa!), evaporando a água deixando no fundo o sal para temperar a mandioca, peixes e outras caças que fazem parte da alimentação do índio.

Mas hoje em dia, como no passado, continua havendo uma devastação das matas da Amazônia e do Brasil Central, em que os processos predatórios desordenados de conquista da terra continuam crescendo e áreas inteiras estão sendo devastadas. Com isso a sobrevivência dos índios (que está “intimamente ligado às condições naturais” do meio em que vivem) fica ameaçada e condenada à marginalização, com a perda gradativa da sua própria identidade. Os esforços dos **Irmãos Villas-Bôas** devem ser relembrados e sua maior vitória foi a fundação do **Parque Nacional do Xingu**, que o governo criou em 1961, dez anos após o término da Expedição, em 1951. Essa ampla área de reserva, que esta mais para um naco de terra pequeno para tantas nações indígenas diferentes, abrangendo as terras e aldeias de variadas tribos indígenas, veio garantir uma maior preservação da fauna e da flora da região,

melhorando e equipando vários postos fundados no tempo da Expedição para garantir a fiscalização da área. Infelizmente os esforços devem ser somados, pois ainda hoje vemos nos jornais e noticiários de televisão, invasões de terras indígenas por **posseiros** e **mineradores** clandestinos, além de **madeireiras** atrás da derrubada ilegal de madeiras proibidas por lei de serem extraídas.

Vale meditar em uma frase dos próprios Villas-Bôas sobre os nossos irmãos indígenas:

"Eles, os índios, constituíram, e continuam constituindo, um valor e uma relíquia da civilização brasileira. (...) Vivem numa sociedade livre, **onde ninguém manda em ninguém**; onde não são pronunciados os nomes dos que morreram; onde a harmonia tribal não é imposta por leis, por normas obrigatorias, mas, sim, fundada nos costumes. Enfim, é uma sociedade onde não há prêmios nem castigos".

Há um pensamento indígena, que vale o esforço refletirmos em cima : " Só quando a última árvore for derrubada, o último rio for envenenado, e o último peixe morrer nele, é que o homem branco vai perceber que dinheiro não se come."

Nestes 60 anos da "Expedição Roncador-Xingu", a história nos ensina uma lição preciosa: **A crueldade e brutalidade com que dizimaram os povos indígenas não é maior que a alma daqueles que lutaram e lutam pela liberdade e reação do outro diante das injustiças.** (Adaptado de): VILLAS-BÔAS, Cláudio e Orlando. *Xingu Contos do Tamoin*. São Paulo: Kuarup, 1984.

"Não sou ainda o que eu queria ser; não somos ainda o que vamos ser; mas graças a Deus não somos mais o que éramos".

M. L. King



O etnocentrismo português na relação com o índio no Brasil colonial

Ricardo Marques de Mello
Graduando em História/UEL

O etnocentrismo é a supervalorização de uma cultura e desvalorização de outra; é considerar uma cultura superior e outra inferior. Sendo assim, será que podemos afirmar que no passado, com o encontro de culturas muito diferentes houve uma relação etnocêntrica? Será que houve etnocentrismo quando os portugueses chegaram ao Brasil? Será que existe etnocentrismo hoje?

Com grande festa e entusiasmo a frota de Pedro Álvares Cabral partiu de Portugal no dia nove de março de 1500 com destino às Índias em busca de especiarias (cravo, canela, pimenta, tecidos etc.) para revendê-las com altos lucros¹ na Europa.

Porém, desviando-se da rota, Pedro A. Cabral acabou chegando ao Brasil em 22 de abril de 1500, encontrando aqui grupos nativos (genericamente chamados de índios) com costumes, usos, normas, deuses e organização social muito diferentes da dos portugueses. Por outro lado, os "nativos brasileiros" depararam-se com homens todos vestidos, de barba e em enormes embarcações. Foi o início do choque de culturas.

Os portugueses que vieram com a frota de Cabral eram: marinheiros experientes, soldados, religiosos e aventureiros. Estavam em busca de enriquecimento, aventura ou levar a fé cristã a outros povos. O destino era as Índias, contudo,

"intencionalmente ou não", chegaram primeiro ao Brasil.

Portugal era em 1500 um país com características marcantes: possuía um rei e uma nobreza, leis escritas, religião católica e sobretudo uma moral: a cristã.

A moral cristã portuguesa era, e ainda é, um conjunto de valores que direcionavam a conduta dos indivíduos sempre em busca dos "bons costumes". Porém, vale lembrar que a moral cristã sofreu e sofre alterações e adaptações com o passar do tempo e que o que é considerado "bons costumes" para uma sociedade pode não o ser para outra. A poligamia, por exemplo, era uma prática comum entre as tribos brasileiras e era e é, até hoje, proibida pela "moral cristã".

Além da "moral cristã" estava presente na mentalidade dos portugueses e europeus as lendas medievais, os mitos pagãos e a geografia fantástica. Alguns marinheiros acreditavam, por exemplo, que o mar era morada de monstros gigantes. O próprio Cristóvam Colombo (descobridor da América) acreditava que no interior do continente americano encontraria homens de um olho só e outros com focinho de cachorro. Em uma de suas cartas escreve que pessoas, moradores do oeste, nasciam com rabo.

Apesar deste imaginário por alguns, os portugueses, de modo geral, por conhecerem a escrita, a pólvora, técnicas avançadas de navegação, agricultura e comércio, terem uma certa organização social e serem cristãos acreditavam que o seu modo de vida era o correto e que deveria ser seguido. Eles se autoclassificavam como civilizados: foram estes os primeiros homens que entraram em contato com os "nativos brasileiros".

¹ Os lucros podiam atingir até 6000%.

Por outro lado, o modo de vida dos indígenas era bastante diferente do modo de vida dos portugueses, e também entre as várias tribos, já que existiam muitas etnias indígenas espalhadas ao longo do imenso território brasileiro.

Quase tudo que sabemos sobre os índios nos primeiros anos após a chegada de Cabral, foram escritos ou retratados em pinturas e desenhos por cronistas, religiosos, viajantes e escrivães, ou seja, por europeus. Esses relatos são hoje importantes documentos para os historiadores interpretarem e escreverem a História do Brasil.

Como o indígena não conhecia a escrita não pôde ele próprio escrever sobre seu povo, seus costumes, seus valores, sua História, enfim, sua cultura. Os relatos que temos, portanto, sobre as tribos e sua sociedade foram feitos por pessoas que possuíam uma visão de mundo e um conjunto de valores bem distantes da dos indígenas. E esses valores dos europeus devem ter exercido forte influência nas descrições dos escritores da época.

Apesar disso essas descrições são fontes para conhecermos as culturas indígenas. Através delas sabemos que havia muitas semelhanças e diferenças entre as tribos.

Podemos destacar como semelhanças, entre a maioria delas, o uso de pouca ou nenhuma roupa, a relação de respeito com a natureza, sentindo-se parte integrante dela, a divisão do trabalho: mulheres plantavam, faziam utensílios domésticos como potes de barro e cestos, além de prepararem os alimentos; ao homem cabia a tarefa de caçar, pescar, construir cabanas e canoas

e limpar o terreno para plantação, mas, principalmente, devemos destacar como semelhança que prevalecia o interesse da coletividade: "o que era de um era de todos".

Além das semelhanças entre as tribos indígenas podemos destacar algumas diferenças, entre elas: a língua, pois existia mais de 300 dialetos, embora grande parte esteja ligada à língua tupi; algumas tribos eram nômades, outras seminômades; o ritual antropofágico não era comum a todas; os materiais de defesa e caça, bem como o local de moradia: uns residiam em ocas e outros em cavernas.

Portanto, tanto a cultura dos portugueses, quanto a cultura das tribos indígenas de um modo geral eram muito diferentes. Enquanto o português pensava em lucrar, explorar a natureza, crer em um único deus e Ter moradia fixa, o índio, por sua vez, estava preocupado em Ter o suficiente para sobreviver, respeitava a natureza, "acreditava em vários deuses" e morava onde tivesse recursos naturais suficientes. São modos de viver e interpretações da vida e do meio ambiente muito distintos. E foram essas culturas que entraram em contato e confronto quando os portugueses chegaram ao Brasil.

O primeiro contato mostrou-se amigável, porém não desinteressado. A carta de Pero Vaz de Caminha mostra que, o índio poderia ajudar o português a encontrar ouro e prata e que, além disso, poderia se converter à fé cristã: ou seja, duas ações em que o índio seria submetido. Anos depois desse primeiro contato as

relações entre portugueses e indígenas se intensificaram.

Os colonos ávidos por lucro desconsideraram grande parte dos costumes indígenas: o trabalho, por exemplo, que antes era feito para se produzir o necessário para sobreviverem, passou a ser explorado através dos portugueses para se obter lucro. As guerras que eram elementos fundamentais da cultura do indígena foram coibidas ou utilizadas pelos portugueses como instrumento de destruição de tribos contrárias à colonização portuguesa.

Os religiosos enviados para converterem os indígenas ao catolicismo avaliaram as religiões nativas como inferiores e desconhecedoras do "verdadeiro" deus. A antropofagia e a poligamia foram condenadas. Em alguns casos os padres obrigavam-nos a cobrirem, pelo menos, "as suas vergonhas". Em outros exigiam que os índios deixassem de serem nômades. A catequese destinada às crianças foi, também, um importante meio para se impor uma nova religião ao índio, considerada pelo português como "a correta".

Enfim, tanto o colonizador português, quanto o religioso que para cá se dirigiram, não consideraram a cultura indígena **diferente, mas inferior, incivilizada, bárbara**. Para isso utilizaram como modelo a sua própria cultura, classificada, por eles mesmos, como **superior, civilizada** e que deveria ser seguida como exemplo. E foi a caracterização do indígena como inferior que serviu como justificativa para escravizá-lo ou catequizá-lo.

Foi, portanto, na relação etnocêntrica estabelecida entre portugueses e índios que o

português fez a sua etnia, sua cultura se sobressair, e que etnias indígenas inteiras foram destruídas ou transformadas de tal forma que poucos traços culturais foram preservados.

Referências Bibliográficas

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.
- INÁCIO, Inês C. e LUCA, Tânia Regina de. (org.). **Documentos do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- MESGRAVIS, Laima. **O Brasil nos Primeiros Séculos**. São Paulo: Contexto, 1994. – (Repensando a História) 2^a ed.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo e RIBEIRO, Darcy (org.). **A Fundação do Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

❖❖❖❖❖

Entre a teoria didática as fontes: a política da abdicação no primeiro reinado

Samuel Gomes Barcellos
Graduado em História / UEL

O processo de formação do professor de história é composto por quatro etapas, como a graduação, a especialização, o Mestrado e o Doutorado. Quando iniciamos a graduação temos nossas vistas voltadas ao ensino fundamental e médio, no entanto, ao nos termos formados, somos tomados pela necessidade de calcar novos degraus, e nos percebemos envolvidos novamente com a pesquisa documental e historiográfica acadêmica. Eis então um dilema: como relacionarmos o trabalho junto ao ensino fundamental e médio ao âmbito da pesquisa historiográfica e documental? Caso o leitor não encontre uma resposta ao alcance numa primeira reflexão, os tópicos abaixo nortearão a um terreno fértil para uma renovação nas abordagens teóricas nos livros didáticos, através do

trabalho com as fontes. Teremos um exemplo quanto ao período Regencial (1831-1840).¹

A abdicação de Dom Pedro I, e o Período Regencial nos livros didáticos.

O período regencial é marcado pelo vazio de poder, ocasionado pela menoridade de Dom Pedro de Alcântara. A discussão pertinente ao ensino fundamental e médio trata tradicionalmente das disputas entre liberais moderados, liberais exaltados e absolutistas. Em meio aos acontecimentos ocorridos na Regência Trina liderada pelos liberais moderados, percebemos a criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, e reformas importantes no âmbito do projeto político de Feijó, Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz marcados pela elaboração Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional à Constituição (1834).² (MOZER; NUNES, 2002).

Vemos aí, quanto ao período da Regência Trina, o tradicional enfoque sobre as disputas políticas internas dos grupos partidários, em meio às turbulências das revoltas provinciais, bem como sobre os esforços centralizadores em prol da preservação do domínio territorial do Império. Neste ponto se localiza a nossa intervenção. Nos livros didáticos, após a abdicação de Dom Pedro I, pouco se comenta sobre o seu paradeiro.³ Dom Pedro se encontrava em Portugal junto das tropas do Exército Libertador, numa luta de vários meses, sobre as cidades do Porto e Lisboa, movido pelo interesse de impor ao irmão, Dom Miguel, o direito de sucessão ao trono português, em prol de sua filha, Maria II.⁴ (SOUZA, 1972)

Percebe-se, com base no parágrafo acima, uma deficiência sobre as análises didáticas sobre a regência trina: não reportam aos

acontecimentos exteriores. Eis aí, portanto, o nosso filão.

Descobre-se um Dom Pedro abdicado em Portugal.

As omissões aos detalhes muitas vezes podem ser justificadas pelo ato de simplificar didaticamente o encadeamento dos fatos mais importantes aos processos históricos das abordagens tradicionais. No entanto, sem causar grandes reestruturações, é possível destacar o não dito, e promover um toque de renovação nas abordagens. Seguiremos, logo abaixo, na apreciação dos detalhes ainda pouco discutidos nos livros didáticos.

A política externa, pelo viés do cotidiano. Após a abdicação do trono brasileiro, ocorrida em 7 de maio no mesmo ano de 1831, Dom Pedro rumou para a Europa, permanecendo ora em Londres, ora em Paris, e também na Áustria, se empenhando em dar o aval à obtenção dos meios financeiros necessários à organização de uma esquadra:

“(...) dirige-se nela [na esquadra] aos Açores, onde chega a 22 de fevereiro de 1831, assumindo então a Regência (3 de março).” (HOLLANDA, 1995)

Na Regência em Portugal, em nome de sua filha Maria II, o ex-imperador do Brasil entregou-se à organização de um exército que desembarcaria em Pampelido, em 8 de julho de 1832, rumando para Lisboa:

“(...) entra em resistência na “capital” Norte do país; sofre, com valentia, o longo cerco das tropas miguelistas. Sucedem-se: o desembarque no Algarve, a queda de Lisboa, e a vitória final sobre o exército de D. Miguel (maio de 1834). Antes de morrer (setembro desse ano), D. Pedro assistira ao funcionamento da Carta Constitucional e vira sua filha aclamada rainha de Portugal. (...)” (HOLLANDA, 1995)

Era então necessário escolher: ou governava-se apenas o Brasil, ou abdicava-se para garantir a linha sucessória outorgada por D. João VI, em favor de D. Maria II, sua filha.

Desta forma D. Pedro esforçava-se no propósito de garantir o legado imperial para seus filhos, já que Dom Pedro II o sucederia no trono brasileiro.

No entanto é possível obter uma visão ainda mais próxima da trajetória dos fatos: Dom Pedro I, apesar das agitações políticas, adotara, e com agrado, o Brasil como sua pátria; em suas cartas aos filhos contava que amava a vida que aqui levara com eles: era um pai brincalhão e carinhoso. A disputa pela sucessão em Portugal o obrigava a abdicar de algo, para ele, muito mais importante: a criação dos filhos. (SOUZA, 1972)

A historiografia do período revela que D. Pedro chorou ao se retirar com as suas tropas do Brasil, pois sabia que era incerto, e pouco provável, o seu retorno. Já a caminho da Inglaterra a preocupação do mesmo teria sido a de manter o contato por cartas com os filhos; nelas percebe-se a dor de um pai incomodado com o seu destino: a permanente distância do Brasil.

(SOUZA, 1972)

Na Europa, D. Pedro teria uma tarefa difícil: obter o apoio político e financeiro da Áustria, da Inglaterra, e da França, além de orientar uma eficiente intervenção armada sobre Lisboa, destronando assim seu irmão D. Miguel, que traíra sua confiança. (SOUZA, 1972;)

O relato das negociações políticas e financeiras de D. Pedro na Europa está presente nas cartas⁵ enviadas para os filhos e para os amigos no Brasil: o ex-imperador confidenciava o teor dos acordos firmados na Europa ao tutor dos mesmos, José Bonifácio; no entanto a preocupação maior deste era a de recomendar cuidados detalhados quanto à criação e instrução dos filhos: em meio às preocupações políticas e militares, D. Pedro esforçava-se para manter, à distância, o seu zelo paterno. (RAMIREZ, 1968)

Revelando o não dito, com as fontes.

Para fecharmos a discussão, retomamos a análise das abordagens didáticas tradicionais sobre a regência trina, e consideramos que, com base na documentação primária, e no relato historiográfico sobre o período de pós-abdicação de Dom Pedro em Portugal, é possível promovermos, na teoria sobre a regência trina, uma nova abertura sobre a dimensão do processo de sucessão monárquica luso-brasileira, com base no pressuposto de que a vitalidade da história sobrevive através da busca da inovação nas abordagens teóricas, podendo-se dar por intermédio da apreciação do não dito pela história tradicional, mas disponíveis no âmbito da análise do cotidiano e da história da vida privada.

NOTAS

¹ O questionamento tem por finalidade refletir sobre as etapas de formação do profissional da Educação no âmbito das possíveis perspectivas de atuação, e de reavaliar a possibilidade intercâmbio entre a teoria didática, voltada ao Ensino Fundamental e Médio, com os acréscimos inovadores, adquiridos pela pesquisa junto às fontes documentais.

² Percebemos que, quanto à Regência Trina, os autores tem se restringido em abordar as redefinições políticas no âmbito da menoridade de D. Pedro II, face à disputa entre as facções liberais e conservadoras, havendo falta de referência quanto aos eventos externos, como a trajetória de D. Pedro I, já abdicado em Portugal.

³ A teoria didática tem se restringido em pensar a política interna do Estado e sua respectiva forma de governo. A perspectiva de reflexão se restringido na abordagem a disputa pelo representação política e pelo poder. No entanto, questões como simples, como a trajetória de D. Pedro em Portugal e a disputa pelo direito de sucessão, com D. Miguel, em favor de sua filha, Maria II, tem sido pouco abordados, por não estarem no âmbito da política interna.

⁴ A teoria didática não tem concedido suficientes informações sobre o que motivou a abdicação de D. Pedro I ao trono do Brasil. Parte do que o motivou a abdicar relaciona-se com os eventos ocorridos em Portugal, relativos à subida arbitrária de seu irmão D. Miguel que aclamara-se rei, no lugar da sobrinha, Maria II. Dom Pedro I teria vivido grande oposição política no Brasil, no entanto outras motivações,

como as descritas, o teriam levado a lutar pelo direito de sucessão de sua herdeira, no exterior.

⁵ A correspondência de D. Pedro I [em Portugal] com José Bonifácio [no Brasil] são reveladoras de uma experiência externa, alheia às redefinições políticas internas brasileiras: os manuscritos originais de Dom Pedro I são os tais documentos que revelam como o ex-imperador pensava sua trajetória e as redefinições políticas em Portugal e no Brasil, em tal período de transição. Tais manuscritos encontram-se digitalizados e disponíveis à pesquisa em CD-ROM pelo Museu Imperial de Petrópolis (Rio de Janeiro).

Referências Bibliográficas

- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Vol. II: O Brasil Monárquico – Declínio e Queda do Império*. Rio de Janeiro - RJ: 5^a ed. Bertrand Brasil S.A., 1995.
- RAMIREZ, Ezequiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil (1815-1889)*. São Paulo: ed.: Cia Editora Nacional, 1968.
- SOUZA, Octávio Tarquínio de. *A Vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1972.



A imigração de Judeus Alemães para o norte do Paraná na década de 30.

Daniel Bruch Duarte
Graduando em História-UEL

No inicio da década de 30 o estado do Paraná começou a expandir as suas fronteiras agrícolas através de políticas de colonização. Este processo de colonização deveu-se particularmente à Companhia de Terras do Norte do Paraná, esta sendo uma subsidiária da Paraná Plantations. Esta empresa foi fundada por ingleses que passaram a investir no Paraná, e a partir da fundação, esta companhia começou a fazer propaganda de suas terras por vários países da Europa. Isso fez com que o bremense Oswald Nixdorf se interessasse pelas terras no Brasil, já que era um especialista em agricultura de países tropicais.

Nixdorf interessou-se pelas terras férteis e inexploradas do Norte do

Paraná e embarcou para o Brasil em 1932, escolhendo a área onde iria fixar uma colônia. Em 1933 Erich Koch-Wesser ex-ministro da justiça e ex-deputado do Partido Democrático Alemão e Johannes Schauff o mais jovem deputado, eleito pelo Partido *Zentrum* estabeleceram-se na gleba Roland e juntamente com Nixdorf começaram a colonização. Era necessário um nome para a nova colônia, e como os três eram nascidos em Bremen, escolheram o nome de Roland, em referência ao herói medieval, tido como paladino da liberdade e da justiça. *Com três bremenses como fundadores, não é de se admirar que foi escolhido esse nome, apontando para o 'Roland da Liberdade', cuja estátua se acha em frente ao paço municipal de Bremen* [1]

Após estabelecerem-se na Gleba Roland estes colonizadores passaram a fazer propagandas das novas terras brasileiras em suas viagens à Alemanha, e estimularam outras famílias, sobretudo as perseguidas por motivações políticas ou étnicas, a emigrarem, adquirindo terras através da companhia inglesa [2].

Assim vários alemães de origem judaica e não-judaica e refugiados políticos começaram a emigrar em virtude das crises econômica e política que assolavam a Alemanha.

A partir de 1933 com a ascensão de Hitler ao poder, o estado alemão começou a tentativa de eliminar do seu meio, tudo aquilo que pudesse ser considerado impuro, feio e inacabado ou seja tudo que fosse contra o modelo de homem perfeito, refinado depois pelas Leis de Nuremberg e pela deliberação da Conferência de Wansee. O estado alemão começou a se utilizar meios de telecomunicação como jornais, rádios e cinema para fazer propagandas anti-semitas e desta maneira a imagem do judeu foi desumanizada, tratando-os como se estes fossem vermes, piolhos e vampiros, ou seja, elementos absolutamente perniciosos.

No dia 1º de Abril de 1933 iniciou o boicote aos estabelecimentos judeus, o que provocou uma grande migração.

Outro fato que mexeu muito com a comunidade judaica foi à publicação das Leis de Nuremberg em 15 de Setembro de 1935 que implantou as idéias de pureza racial. Desta maneira ficou-se proibido as relações conjugais e extraconjogais entre alemães arianos e judeus. Por essas leis era considerado judeu, aquele que tivesse até a quinta geração algum parente judeu, o que fez que vários arianos descobrissem que seus avós e bisavós foram judeus, sendo assim também considerados.

Porém a situação ficou ainda pior em 1938 com a Noite dos Cristais. O pretexto para este fato foi o assassinato de um alto funcionário da embaixada alemã na França por um judeu, o que acarretou a destruição de Sinagogas, casas comerciais e residências e acirrou a perseguição aos judeus. *Cerca de 30.000 homens judeus foram levados para campos de concentração e 300 judeus foram assassinados, alem de muitos feridos. Só em Viena, 42 sinagogas foram destruídas e 7.700 judeus presos, sendo registrados 680 casos de suicídio* [3].

Com esses episódios, culminando com a Noite dos Cristais, começam a vir para o Norte do Paraná vários políticos, católicos e judeus, fugindo da política nazista.

Desta maneira os colonos que se estabeleceram na Gleba Roland eram em sua maioria, da classe média urbana: comerciantes, advogados, políticos, intelectuais, médicos, economistas, artistas e alguns poucos agricultores. Nos trópicos tiveram de se acostumar com o novo país, com uma nova cultura, idioma e com um novo tipo de trabalho.

Nesse processo de emigração, que vai até o início da Segunda Guerra Mundial, o governo alemão impôs novas determinações proibindo a saída de dinheiro da Alemanha. Para resolver tal impasse foi realizado um

intercâmbio entre a Cia. de Terras e os imigrantes.

Através deste intercâmbio, Erich Koch-Wesser e Johannes Schauff - representantes da companhia inglesa na Alemanha – e os alemães sob risco forneciam o dinheiro para compra do material para a construção de uma estrada de ferro, ligando o Paraná ao Rio Grande do Sul e em troca, recebiam títulos conhecidos como "cartas de terra", que davam o direito de adquirir terras em Rolândia. [4]

Constata-se nesse episódio que a Companhia de Terras efetuou o negócio com a Alemanha e não com a Inglaterra, possibilitando que parte da população perseguida deixasse o seu país como proprietários de terras.

Entre 1934 e 1938 cerca de 400 famílias de origem alemã se estabeleceram na Gleba Roland, e destes, cerca de 80. [5], eram de origem judaica. Porém sem serem necessariamente religiosos, pois muitos eram frutos de casamentos mistos, outros assimilados e outros ainda convertidos ao luteranismo ou catolicismo. Gert Koch-Wesser, filho de um dos fundadores, afirmou que entraram em Rolândia cerca de 400 famílias de alemães, sendo 80 de judeus classificados como: 10 puros, 15 considerados judeus por Hitler, 10 políticos e 45 judeus de religião católica. [6]

No entanto, havendo um numero tão grande de judeus na região, nunca chegou a constituir uma comunidade judaica, já que para a criação de uma Comunidade Judaica seria necessário uma sinagoga, um cemitério e um açougue *Kasher*.

Esse fato – a não criação de uma comunidade judaica - desperta uma serie de especulações. O primeiro argumento alegado seria a falta de um *Myrian* (10 homens) para os ofícios religiosos. Porém destas famílias que vieram, onze delas tornaram-se sócias da Congregação Israelita Paulista (CIP) e uma ligou-se a uma sinagoga em Curitiba. Outro argumento que se coloca é que em Rolândia, durante a

guerra, grupos de nazistas também se estabeleceram, fundando um clube germânico, e talvez por receio que os episódios ocorridos na Alemanha se repetissem em um local recôndito no Brasil, teria inviabilizado a constituição da comunidade. Um terceiro argumento pode ser relativo aos casamentos mistos entre judeus e cristãos – católicos ou luteranos – o que comprometeria a transmissão da tradição judaica. Porém o que ressalta é o fato que estes judeu-alemaes que se estabeleceram em Rolândia estavam estreitamente ligados a cultura germânica, e nesse sentido, ao invés de estabelecerem uma Comunidade Judaica, criaram um clube cultural chamado Pró-Arte. Neste clube os judeus de origem alemã se encontravam para poder falar a língua alemã, dançar, fazer saraus literários, ouvir palestras e assistir a peças de teatro.

Embora na cidade não tenha constituído uma comunidade judaica, estes judeus que lá se estabeleceram, na hora de sua morte reassumem a sua identidade religiosa, por isso é comum em cemitérios de Rolândia, encontrar túmulos com características judaicas.

- 1- PRÜSER, Friederich, O "Roland" e Rolândia in Roland und Rolândia: Zu Aufrichtung eines Bremen Rolandes im Brasilianischen Rolândia, p127, Bremen internationale Verlagsgessellschaft, Robert Bregmann, 1957
- 2-MAIER, Max Hermann, Um Advogado de Frankfurt se torna cafeicultor na selva brasileira: relato de um imigrante(1938-1975) Tradução de Matilde Maier e Elmar Joenck. Frankfurt am Main. Josef Knecht Verlag, 1975
- 3-BOSCHETI, B. P, Hitler I il Nazismo: Verso la Guerra(1933- 1939). Veneza, Arnaldo Mondadori, 1981
- 4-KOSMINSKY, Ethel. Rolândia, a terra prometida: Judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná. SP CEJ/USP, 1985
- 5-Idem

6-OBERDIEK, Hermann. Fugindo da morte: imigração de judeus alemães para Rolândia-Pr, na década de 30. Londrina, Ed UEL. 1997

* * * * *

RESENHA

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

Sandra R. Ferreira de Oliveira
Colegiado de Pedagogia- UNIOESTE

Estabelecer uma relação entre teoria e prática, de forma a levar para a sala de aula os resultados das pesquisas que enfocam o ensino de História, construindo uma ponte entre este e o saber histórico escolar é, sem dúvida, um dos maiores desafios vivenciados pelos pesquisadores da área e fonte das principais críticas tecidas por professores de ensino fundamental e médio que não encontram ligações entre o que lêem nos livros teóricos e suas vivências profissionais.

Desde a década de 1980, as pesquisas e discussões sobre ensinar/aprender História, têm suscitado diversas indagações sobre a metodologia e a prática do ensino de História. No entanto, no mercado editorial brasileiro, nenhuma produção bibliográfica, até então, havia reunido em uma só obra, os resultados e as contribuições destes estudos.

As autoras do livro "Ensinar História", Maria Auxiliadora SCHIMIDT e Marlene Cainelli, publicado pela Editora Scipione, criam esta obra e conseguem rompem a barreira entre universidade e escola, entre saber científico e saber escolar. A opção por um livro com formato de manual didático não comprometeu a profundidade das análises teóricas.

O livro, conforme apresentação das autoras, é "destinado a professores e alunos dos cursos superiores de

magistério, alunos e professores das licenciaturas em história e professores da escola fundamental e média". Completaria, indicando-o também para os pesquisadores da área.

Dividido em dez capítulos, abrange as questões mais importantes sobre a metodologia do ensino de História na atualidade. No primeiro capítulo apresenta uma abordagem sobre a história do ensino de História. No segundo discute o saber e o fazer histórico na sala de aula. Do terceiro ao sexto capítulos passa por categorias como: fato histórico, conceito histórico, noção de tempo, fonte histórica, dedicando a cada uma delas um capítulo específico. Uma análise sobre a História Local e a História Oral, compõe o sétimo e o oitavo capítulos da obra, convidando o leitor/professor/aluno a refletir sobre as contribuições e as limitações de cada uma destas vertentes historiográficas no ensino de História. Os dois capítulos finais são dedicados a assuntos específicos e de total relevância no processo de ensino: o livro didático e a avaliação.

É um livro proposto para ser utilizado em sala de aula. Cada capítulo foi organizado em forma de lições ou aulas, ou conforme as autoras, o inverso: cada aula foi organizada em forma de capítulo. As dinâmicas da interação aluno/professor e aluno/aluno são propiciadas pelas seções, cinco para cada capítulo: teorizando sobre o tema; debatendo o tema; trabalhando com atividades; ampliando o debate e comentando bibliografias. Estas seções sugerem um ritmo para a aula: exposição do tema por meio de um texto teórico; convite ao debate com a apresentação de fragmentos de textos para ampliar as possibilidades de reflexão sobre o assunto; sistematização do conhecimento por meio de propostas de atividades, possibilidade de além no processo de construção do conhecimento com a apresentação de outras análises e sugestões bibliográficas.

Destaca-se a quantidade e a qualidade dos fragmentos de textos. Muitos são traduzidos pelas próprias autoras, colocando o leitor em contato com produções bibliográficas de diferentes enfoques para o que seja ensinar história. Outros apresentam resultados de recentes pesquisas demonstrando o quanto às autoras estão ligadas ao que se produz na área e preocupadas com a possibilidade de levar esta produção para até o professor.

Trata-se, sem dúvida, de uma obra inédita na área cumprindo o objetivo de colocar o leitor/professor/aluno em contato com as recentes propostas quanto ao ensino de História didatizando o conhecimento sem, necessariamente, simplificá-lo.

SEMINÁRIO DE CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: A HISTÓRIA BRASILEIRA NAS TELAS

Foi realizado no mês de outubro de 2004 pelo Laboratório de Ensino de História, um seminário de Cinema e ensino de história com o objetivo de discutir alguns filmes com temáticas sobre a História do Brasil. Foram abordados os filmes, O Quatrilho, Gaigin, Central do Brasil e ainda o documentário Anos JK. A metodologia adotada pelos professores no seminário foi discutir o filme e as possibilidades metodológicas do trabalho com o filme em sala de aula. O seminário proporcionou aos professores inscritos um certificado de 20 horas com freqüência e aproveitamento. No ano que vem faremos o 2º Seminário de Cinema e esperamos ter a presença de vocês professores.

IV SIMPÓSIO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

AGUARDEM PARA BREVE AS INSCRIÇÕES NO SIMPÓSIO DO LABORATÓRIO DE ENSINO QUE ESTAREMOS REALIZANDO EM MARÇO DE 2005. JÁ TEMOS CONFIRMADO A PRESENÇA DE VÁRIOS PESQUISADORES NA ÁREA DE ENSINO DE HISTÓRIA E 10 CURSOS JÁ ESTÃO AGENDADOS PARA O EVENTO.

ATENÇÃO – Não Percam

No ano que vem durante o mês de julho acontecerá em Londrina o XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, com o tema *HISTÓRIA: GUERRA E PAZ, no período de Londrina, 17 a 22 de julho de 2005 - UEL*

A ANPUH é a associação nacional que reúne os profissionais da área de história de todo o país. Nestes simpósios são apresentadas pesquisas, debates, mesas redondas, etc. Estarão presentes os mais conhecidos e importantes pesquisadores e professores de história do país e também importantes convidados do exterior. É uma oportunidade única para os professores entrarem em contato com as mais recentes produções e reflexões no campo da história, incluindo-se necessariamente o ensino de história. O último simpósio nacional da ANPUH realizado aqui no Paraná foi em 1985, em Curitiba.

Não percam a chance, a Associação está dando um ótimo desconto para grupos de professores dos ensinos médio e fundamental

Verifique a página na Internet
<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio> **Ou entre em contato no endereço:**

SECRETARIA DO XXIII SIMPÓSIO:
 Universidade Estadual de Londrina

Centro de Letras e Ciências Humanas
 Departamento de História
 Rod. Celso Garcia Cid - Pr 445 Km 380
 Cx. P. 6001-Londrina-PR- 86051-990
 E-MAIL: historia@uel.br

Veja as atividades

1) Atividades constitutivas do Simpósio

- a) Cursos;
- b) Simpósios;
- c) Painéis de Iniciação Científica;
- d) Reunião administrativa dos GTs;
- e) Conferências;
- f) Assembléia da ANPUH.

Confira os custos

Sócios: 50,00
 Não Sócios 150,00
 Estudantes: 25,00
 Cursos: 25,00

Promoção para professores de Ensino Fundamental e Médio: a cada bloco de 5 professores a inscrição corresponderá o valor de sócio, ou seja, o valor da inscrição individual será de R\$ 50,00.

Verifique a forma de se inscrever:

Os depósitos deverão ser feitos na conta: Banco do Brasil /Ag. Higienópolis – 3142-9 -C/C – 13861-4 Associação Nacional de História – ANPUH

Serão ofertados certificados de 60 horas em participação e 08 em cursos.

EXPEDIENTE **Boletim do Laboratório de Ensino de História** é uma

publicação quadrimestral manifida, pelo Programa de Extensão Laboratório de Ensino de História/UEL

Francisco Alves César Ferraz
 Gilmar Arruda (editor)
 Marlene R. Cainelli
 William Reis Meirelles

Endereço:
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
 /CCH/ DHIS
 IRCH -Sala 162
 Campus Universitário
 Cep 86051-970
 Fone - 043-3371- 4186
 fax - 043-3371- 4408
 e-mail: labhis@uel.br

As opiniões expressas nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
 Tiragem: 2.000 exemplares
 Impressão: Gráfica da UEL